

Pós-graduação na FADIVA

TJMG firma convênio com a FADIVA para oferecer um curso de pós-graduação presencial

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), firmou convênio com a Faculdade de Direito de Varginha (FADIVA) para oferecer a magistrados e servidores um curso de pós-graduação presencial em Direito Processual Civil e Constitucional Aplicado.

O curso tem um viés na área administrativa e pretende abordar questões relacionadas à gestão do Poder Judiciário.

Pág. 02



FADIVA parabeniza professores aprovados no exame para Mestrado

Professores da FADIVA foram aprovados no Processo de Seleção da UNICID



Os professores Andreza Garcia Bemfica Bardavira e Paulo Henrique Castilho Amorim foram aprovados, em todas as etapas, do Processo de Seleção do Programa de Mestrado em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo – UNICID.

Na primeira etapa, os professores foram submetidos a avaliação escrita, sobre conhecimentos específicos, língua estrangeira e apresentação do projeto de pesquisa; já na segunda etapa, os mesmos passaram por rigorosa entrevista, tendo como assunto principal, o planejamento e execução do projeto.

Pág. 03

Últimos dias para inscrever-se no vestibular 2010 da FADIVA

As inscrições para o vestibular da FADIVA irão até o dia 22 de janeiro para o curso de Direito no qual a instituição é especialista há 43 anos.

Pág. 04

Descerramento de quadro na FADIVA

No dia 26 de dezembro de 2009 foi realizado a solenidade de descerramento do quadro dos formandos 2002 da FADIVA.

Pág. 04

D.A. FADIVA

D.A. da FADIVA tem nova diretoria.

Pág. 06

HOMENAGEM

Professor da FADIVA é homenageado em Brasília.

Pág. 04

CONCURSO

TJMG fará concurso para 1ª Instância.

Pág. 05

PÓS - GRADUAÇÃO NA FADIVA

TJMG firma convênio com a FADIVA para oferecer um curso de pós-graduação presencial

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), firmou convênio com a Faculdade de Direito de Varginha (FADIVA) para oferecer a magistrados e servidores um curso de pós-graduação presencial em Direito Processual Civil e Constitucional Aplicado.

O curso tem um viés na área administrativa e pretende abordar questões relacionadas à gestão do Poder Judiciário.

A parceria foi formalizada no dia 17 de dezembro de 2009, com a presença de representantes da FADIVA, de magistrados, do presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, e do 2º vice-presidente do Tribunal e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro.

Pelos termos do convênio, as aulas serão ministradas na FADIVA, com início previsto até março do ano DE 2010. Serão oferecidas 40 vagas, das quais 20 serão reservadas a magistrados, servidores e pessoas ligadas ao Judiciário. As demais vagas são abertas a qualquer interessado. O curso terá duração de um ano e meio, com aulas quinzenais às sextas-feiras e sábados. Para servidores e magistrados, o valor do curso é diferenciado, com mensalidades mais baixas e acessíveis.

Durante a assinatura do convênio, o presidente Sérgio Resende ressaltou a importância de que o TJMG tenha funcionários cada vez mais qualificados. “É importante que esses alunos, que serão futuros dirigentes, estejam atentos à importância de dar



continuidade à gestão. Cursos como esse são importantes para que os alunos estejam preparados para pensar, por exemplo, sobre a necessidade de um planejamento estratégico”, afirmou.

O coordenador do curso de Direito da FADIVA, Francisco Vani Bemfica, disse que a instituição de ensino tem procurado oferecer um curso sério. “Nossa escola é uma instituição vitoriosa. Por ela passaram ministros, desembargadores e juízes”, disse. O professor de Processo Civil e de Processo Penal da Fadiva, juiz

Márcio Vani Bemfica, disse que diversas pessoas têm procurado informações sobre o curso: “A especialização tem um foco na questão administrativa, na gestão da coisa pública. Normalmente, os juízes não estão muito acostumados a atuar nessa área”.

Além do presidente Sérgio Resende e do superintendente da Ejef, Reynaldo Ximenes Carneiro, estiveram presentes à assinatura do convênio o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), juiz Nelson Missias de Moraes, o presidente eleito da Amagis para o próximo triênio, juiz Bruno Terra Dias, o coordenador do curso de Direito da Fadiva, Francisco Vani Bemfica, e os professores daquela instituição Márcio Vani Bemfica, Marco Aurélio Chaulk Piovesan e Paulo Henrique Amorim, além do ex-aluno Marcos Carneiro Carvalho.

FADIVA parabeniza professores aprovados no exame para Mestrado

Professores da FADIVA foram aprovados no Processo de Seleção da UNICID

Os professores Andreza Garcia Bemfica Bardavira e Paulo Henrique Castilho Amorim foram aprovados, em todas as etapas, do Processo de Seleção do Programa de Mestrado em Educação, na Universidade Cidade de São Paulo – UNICID.

Na primeira etapa, os professores foram submetidos à avaliação escrita, sobre conhecimentos específicos, língua estrangeira e apresentação do projeto de pesquisa; já na segunda etapa, os mesmos passaram por rigorosa entrevista, tendo como assunto principal, o planejamento e execução do projeto.

Paulo Henrique Castilho Amorim, graduou-se na FADIVA, especializou-se em Direito Educacional, é professor das cadeiras de Estágio Supervisionado Penal II e Prática Jurídica do curso Diurno. Segundo ele: “os docentes que ministram aulas em curso superior devem possuir a titulação em Mestrado. Procuo adaptar-me às exigências da Instituição, para atender, ainda melhor, o corpo discente da FADIVA.”

Já a professora Andreza Garcia Bemfica Bardavira, também graduada em Direito pela FADIVA e Psicóloga, é professora das cadeiras de Psicologia, dos cursos diurno e noturno, esclarece que: “havia concorrência. Os nossos projetos foram aprovados. Tanto a aprovação em um curso muito concorrido, quanto o apoio que a FADIVA oferece a seus professores, é um incentivo ao docente, para estar sempre se atualizando.”

Ambos estão recebendo total apoio da FADIVA, uma vez que a instituição possui um programa de apoio à educação continuada, e o mesmo, tem como objetivo, garantir docentes qualificados e capacitados, arcando com metade dos gastos referentes ao curso.

Segundo o Diretor, Dr. Álvaro Vani Bemfica, “é gratificante participar do aperfeiçoamento intelectual e profissional de dois professores que passaram por nossa instituição, primeiro como alunos e agora como futuros mestres. A professora Andreza e o professor Paulo foram alunos da FADIVA. Uma forma da instituição valorizar seus egressos é dando oportunidade para que os mesmos possam mostrar seus trabalhos. Se destacaram profissionalmente, e, agora, aprovados no curso de Mestrado, com certeza a FADIVA irá apoiá-los nessa jornada.

Aproveito a oportunidade e, em nome do corpo docente e administrativo da FADIVA, os parabenizo pela aprovação.”



Prof. Paulo Henrique Castilho Amorim, um dos aprovados no Programa de Mestrado em Educação

Últimos dias para inscrever-se no vestibular 2010 da FADIVA

As inscrições para o vestibular da FADIVA irão até o dia 22 de janeiro para o curso de Direito



As inscrições para o vestibular da FADIVA irão até o dia 22 de janeiro para o curso de Direito no qual a instituição é especialista há 43 anos.

Dentre seus ex-alunos contam-se hoje centenas de Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensores Públicos e Procuradores, Delegados, Advogados Militantes, Professores Universitários, Prefeitos, Parlamentares, Desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho em Brasília, Deputados Federais e Deputados Estaduais.

A Faculdade de Direito de Varginha tem obtido sempre excelentes avaliações quando submetida às inspeções periódicas e preocupa aperfeiçoar e modernizar, cada vez mais, o sistema de ensino, pois sua Entidade Mantenedora, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VARGINHA, não tem fins lucrativos e toda sua renda é aplicada no interesse do estabelecimento.

O processo seletivo será realizado em etapa única no dia 24 de janeiro na própria Faculdade (Rua José Gonçalves Pereira nº112 Vila Pinto Varginha - MG).

Maiores informações sobre o Processo Seletivo podem ser adquiridas no endereço eletrônico www.fadiva.edu.br ou pelo telefone (35)3221-1900.

Professor da FADIVA é homenageado em Brasília

No dia 11 de dezembro de 2009 o saudoso professor Naylor Salles Gontijo representado por sua filha Prof.^a Andrea Alvarenga Gontijo recebeu na Câmara dos Deputados em Brasília uma Comanda e um Certificada por serviços prestados a sociedade, entre eles a fundação de uma escola e três faculdades em Varginha, sendo uma delas a Fadiva – Faculdade de Direito de Varginha, na qual lecionou até seu falecimento no ano de 2002.



Professora Andrea Alvarenga Gontijo

Descerramento de quadro na FADIVA



No dia 26 de dezembro de 2009 foi realizada a solenidade de descerramento do quadro dos formandos 2002 da FADIVA.

O evento contou com a presença do Coordenador do curso da FADIVA Professor Francisco Vani Bemfica; do diretor da FADIVA Dr. Álvaro Vani Bemfica; professores; alunos e ex-alunos da instituição.

O evento teve momentos marcantes como o discurso do presidente da Fundação Educacional de Varginha Dr. Morvan Aloysio Acayaba de Resende que falou da importância de ter este quadro na galeria da Faculdade.

TJMG fará concurso para 1ª Instância

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) publicou no dia 22 de dezembro de 2009, no Diário do Judiciário eletrônico (DJe), o edital do concurso público para a formação de cadastro de reserva na Justiça de 1ª Instância (Justiça comum e Juizados especiais) em todo o Estado. As inscrições poderão ser feitas pela internet, de 1º a 30 de março de 2010. A taxa de inscrição é de R\$ 50, para cargos de nível médio, e de R\$ 70, para os de nível superior. Conforme legislação, 10% das vagas são reservadas aos candidatos com deficiência aprovados.

A prova será realizada no dia 2 de maio de 2010, em Belo Horizonte, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, São João Del-Rei, Teófilo Otoni, Uberlândia e **Varginha**.

O cadastro de reserva será feito para os cargos de nível médio (oficial judiciário, comissário da infância e da juventude e oficial de apoio judicial), cujo salário é de R\$ 1.642,07, para seis horas diárias de trabalho. Os cargos de nível superior são técnico judiciário (formação em Direito), assistente social judicial e psicólogo judicial, com salário de R\$ 2.571,55, também para seis horas de trabalho.

Todos os candidatos farão provas com 60 questões de múltipla escolha. Para os cargos de nível médio, serão 18 questões de português, 20 de noções de Direito e 22 de atos de ofício. Para os cargos de assistente social judicial e psicólogo judicial, serão 18 questões de português, 20 de noções de Direito e 22 de conhecimentos específicos. Candidatos para o cargo de técnico judiciário (com formação em Direito) responderão 20 questões de português e 40 de conhecimentos específicos.

DIGITAÇÃO

Além da prova de múltipla escolha, os candidatos aos cargos de oficial judiciário e oficial de apoio judicial farão uma prova prática de digitação, realizada apenas em Belo Horizonte. A prova de digitação terá caráter eliminatório, não influenciando na classificação final do candidato. Para ser considerado apto, o inscrito deverá conseguir digitar 600 toques em cinco minutos.

O concurso, que terá validade de dois anos e que poderá ser prorrogado por mais dois, será realizado pela

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), sob responsabilidade e supervisão da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG. O último concurso realizado para provimento das vagas na 1ª Instância, de 2005, tem validade até janeiro de 2010.

O edital do concurso pode ser consultado no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) e estará disponível nos endereços eletrônicos www.ejef.tjmg.jus.br e www.gestaodeconcursos.com.br.



D.A. da FADIVA tem nova diretoria

No dia 27 de novembro de 2009 foi realizado no Salão Nobre da FADIVA – Faculdade de Direito de Varginha a eleição para escolha dos novos membros do Diretório Acadêmico da Instituição. Após uma acirrada disputa entre quatro chapas, a receptividade à nova equipe bem como as expectativas são grandes.

A chapa INTEGRAÇÃO vencedora da eleição se propõe a promover maior interação entre os alunos da FADIVA e a comunidade interna e externa da Instituição, bem como realizar ações de interesse do alunado tais como (promoção de festas, incentivo à realização de eventos acadêmicos na Faculdade, coleta e encaminhamento de sugestões que melhorem as condições de uso e relacionamento do espaço na mesma.

A nova diretoria do D.A. é composta pelos seguintes membros:

- Presidente: Agenor Zambotti Resende
- Vice - presidente: Thiago Marcondes
- Primeiro Tesoureiro: Nadine Machado Porto
- Segundo Tesoureiro: João Paulo Ottoni
- Primeiro Secretário: Manoel Abrígio Neto
- Segundo Secretário: Ana Cristina Dibi
- Secretário de esportes: Paulo H. Alves Jr.
- Secretário de Informática: Fabiana Castro
- Secretário de eventos: Fernanda Nogueira Resende

Ano de 2009 não poderia ser melhor para advocacia brasileira



Presidente Nacional da OAB,
Cezar Britto

O ano de 2009 não poderia ter sido melhor para a advocacia, avalia o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto.

O advogado deixará o comando da entidade em fevereiro, quando assumirá a nova diretoria. Ao Jornal do Comércio, ele fez um balanço da atuação da OAB em 2009 e principalmente de sua gestão, que teve a duração de três anos. Ele destacou o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que não existe sigilo para o advogado do processo, com a aprovação de uma súmula vinculante sobre o assunto, e chamou a atenção para as ações judiciais movidas pela instituição contra a lei aprovada recentemente pelo Congresso para alterar a sistemática relacionada ao pagamento de precatórios ou para que a Lei de Anistia não fosse aplicada aos torturadores.

Outro ponto que frisou diz respeito ao Exame de Ordem, que foi unificado em todos os estados. O exame hoje é um balizador para a OAB, o Ministério da Educação (MEC), as instituições e os estudantes, inclusive designando em quais disciplinas a instituição está bem estruturada ou não. Com o exame, classificamos instituição por instituição, disciplina por disciplina, afirmou Britto. O presidente da Ordem anunciou a ampliação do certame.

Vamos começar a fazer, agora em 2010, perguntas sobre direitos humanos, direitos fundamentais e ética profissional. Com isso vamos focar não tirar quem está investindo em colocar em seus currículos o conceito de humanidade, o que influenciará, a médio e longo prazos, as profissões do Direito já que o estudante terá esse conceito para passar no Exame de Ordem, afirmou.

Dica para concursos públicos

Parabéns se você realmente decidiu fazer concurso público, por um motivo ou outro, está na hora de começar a se mexer!

Não existe fórmula mágica para passar em concurso. É claro que uns tem mais facilidade que outros, mas com total dedicação e garra todos chegam lá.

Sorte? Isso é papo furado. Concurso Público não é loteria. Se algum conhecido seu passou, só não foi por sorte, foi porque ralou muito e estudou mesmo.

Hoje existem vários tipos de concursos, uns exigem mais matérias outros menos, mas todos eles exigem que o candidato se prepare, no mínimo tire algumas horas do dia para se dedicar aos estudos.

Época de preparação para o concurso é um período de total dedicação. Então:

- Procure organizar seus horários - e siga-os rigorosamente!
- Trace seus objetivos, escolha o concurso que quer prestar e vá em frente
- Não deixe para depois o que você pode estudar hoje
- Nunca desanime! Tenha perseverança, todos que não desistem passam
- Afaste-se de pessoas baixo astral
- Compre bons livros
- Conheça a banca que prepara as provas do concurso que você vai prestar
- Faça muitos e muitos exercícios e provas antigas (simulados)



- Não dê atenção a boatos (não é a toa que são boatos!!)
- Não menospreze os outros candidatos
- Pergunte, pergunte, pergunte. Se não sabe questione! Pode ser a questão que vai cair na sua prova
- Pegue experiências com os “concurseiros” mais antigos
- Entre em fóruns (internet)
- Fuja das distrações, mas não deixe de (também) ter um período de lazer, nas horas vagas
- **PROGRAME O SEU DIA-A-DIA EM FUNÇÃO DO CONCURSO** e não ao contrário! E não abra exceções.
- Faça resumos, leia com atenção e não com rapidez.

Seja confiante e acredite que você é capaz de passar no concurso que escolheu.

Careira Jurídica: Direito

DIREITO

O que faz: É o profissional responsável pela aplicação da Justiça na sociedade, pois estuda a ciência das normas que disciplinam as relações entre os indivíduos da sociedade. O Bacharel em Direito tem duas opções quanto à sua atividade profissional: advogar ou seguir carreira jurídica (carreiras jurídicas públicas). Como advogado, representa e defende o cliente e seus interesses em qualquer instância, juízo ou tribunal. Também pode dar assessoria ou consultoria jurídica a empresas públicas ou privadas. Se optar pela carreira jurídica (por carreiras jurídicas públicas) pode tornar-se Delegado de Polícia, Juiz de Direito (magistrado), promotor e procurador de Justiça (membro de Ministério Público) ou Procurador de Pessoa Jurídica de Direito Público.

CAMPO DE TRABALHO

Advocacia Pública – Representa os interesses da União, Estados e Municípios, zelando pela legalidade de seus atos.

Defensoria Pública – Assistência jurídica integral aos necessitados. Defender cidadãos que não podem arcar com despesas de processo.

Advocacia – Representação de empresas, instituições ou pessoas físicas em ações, processos ou contratos que envolvam clientes, sejam réus, vítimas ou simples interessados.

Delegado de Polícia – Como funcionário das secretarias estaduais de Segurança, é responsável pela preparação de inquéritos e pela coordenação de investigações policiais. Cuida também do controle da documentação de veículos e motoristas, emite carteiras de identidade, fiscaliza a compra, venda e guarda de armas, munições e explosivos.

Magistratura – É o profissional que toma as decisões em disputas entre pessoas físicas, jurídicas e o poder público, visando a preservação dos direitos constitucionais dos cidadãos, aplicando a norma correspondente ao fato concreto que deu origem a lide. O bacharel pode ser juiz federal e estadual.

Promotoria e Procuradoria da Justiça (membros de Ministério Público) – Funções do Ministério Público, órgão dos governos estadual ou federal que defende os interesses dos cidadãos e da sociedade. Como promotor de Justiça, no Ministério Público, o objetivo do

profissional é cuidar da manutenção da ordem pública. Promove ações penais, investiga e apura responsabilidades, fiscaliza o cumprimento das leis e da Constituição. Como procurador de Justiça, função seguinte na carreira de promotor, exerce as mesmas funções acima citadas, porém nos tribunais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Direito Administrativo – Aplica normas e legislações específicas que regulam as atividades do poder público, empresas estatais, autarquias e fundações públicas na relação com empresas privadas e com cidadãos.

Direito Civil – Esta é uma área muito ampla que se subdivide em Direito das Coisas (propriedade e posse de bens); Direito de Família (divórcios, testamentos e heranças); e Direito das Obrigações (compra, venda, locação e empréstimos).

Direito Ambiental - Trabalha em ONGs e empresas públicas ou privadas, atuando em questões que envolvam a relação do homem com o meio ambiente, visando a preservação deste.

Direito Comercial – Atua na intermediação das relações jurídicas que se referem ao comércio, participando da abertura, funcionamento e encerramento das empresas. **Direito do Consumidor** - Atua no campo das relações jurídicas que envolvam qualquer relação de consumo, visando preservar os direitos dos consumidores em face das empresas que fornecem bens e serviços.

Direito de Propriedade Intelectual - Atua na área de direitos autorais, protegendo os autores da falsificação, plágio e roubo de suas obras.

Direito Penal ou Criminal – Preparação e apresentação de defesa ou acusação em juízo em ações que envolvam crime ou contravenção contra pessoa física ou jurídica. O advogado é responsável pela defesa, podendo atuar como assistente na acusação.

Direito Trabalhista ou Previdenciário – Representação de pessoas físicas ou jurídicas em disputas referentes à relação entre empregado e empregador em causas ligadas ao contrato de trabalho, previdência social e ações sindicais. **Direito Tributário** – Aplicação das normas que regulam a arrecadação de impostos e taxas, obrigações tributárias e fiscais.

REGULAMENTAÇÃO

Para advogados, - Lei 8906 de 04/07/1994 - (Revogou a Lei 4215/63); para delegados, Lei Orgânica da Polícia Civil de cada Estado. Para as carreiras do Ministério Público, Lei Orgânica do Ministério Público Federal e de cada Estado. Para a Magistratura, Lei Complementar Federal nº 35 de 14/03/1979 e leis de organização judiciária de cada Estado.

Para exercer a profissão, o advogado deve ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), fazendo o exame da Ordem dos Advogados. O delegado deve ser aprovado em um concurso público, passando a fazer um curso na Academia de Polícia.

Segundo a Constituição, o candidato à magistratura deve fazer um curso preparatório para o concurso público nas escolas de Magistratura estaduais.

DURAÇÃO

Cinco anos, com a realização de um estágio obrigatório, nos últimos dois anos, em prática forense e apresentação obrigatória de uma monografia para a conclusão do curso.

CONTEÚDO

O curso de Direito exige muita leitura e desenvolvimento da capacidade de análise e de associação de idéias, além de exercícios de memória.

O currículo inclui Direito Civil, Processual Civil, Penal, Processual Penal, Comercial, Tributário, Trabalhista, Administrativo, Constitucional, Internacional, Ambiental e do Consumidor, além de aulas práticas nas quais o aluno passa a ter contato direto com as instituições do poder judiciário.

TITULAÇÃO

Bacharel em Direito

REMUNERAÇÃO INICIAL

- Advogado (Escritório de Advocacia): R\$ 1.200,00
- Juízes da União: aproximadamente R\$ 20.000,00
- Ministério Público da União: aproximadamente R\$ 21.000,00
- Juízes de Direito: de acordo com a legislação de cada Estado (em MG aproximadamente R\$ 20.000,00)
- Ministério Público dos Estados: de acordo com a legislação de cada Estado (em MG aproximadamente R\$ 20.000,00)
- Advocacia-Geral da União: aproximadamente R\$ 15.000,00
- Advocacia-Geral dos Estados: de acordo com a legislação Estadual (em Minas Gerais existe uma parcela fixa e uma variável de acordo com a arrecadação)
- Defensor Público da União: aproximadamente R\$ 15.000,00
- Defensor Público dos Estados: de acordo com a legislação de cada Estado (em MG aproximadamente R\$ 6.500,00)
- Delegado de Polícia Federal - aproximadamente R\$ 15.000,00
- Delegado dos Estados: de acordo com a legislação de cada Estado (em MG aproximadamente R\$ 5.000,00)

NÃO DEIXE ESCAPAR
ESTA OPORTUNIDADE

VESTIBULAR FADIVA 2010
Curso de Direito diurno e noturno

MAIORES INFORMAÇÕES: (35) 3221-1900

INSCRIÇÕES ABERTAS

PROVA:
24/01

